



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

SOLENIDADE DE LANÇAMENTO
DO SISTEMA DE MONITORAMENTO
AMBIENTAL E DOS RECURSOS
NATURAIS POR SATÉLITE

Palácio do Planalto
8 de junho

A criação do Sistema de Monitoramento Ambiental e dos Recursos Naturais por Satélite dota o País de mais um instrumento moderno e eficaz.

8 de junho — Em entrevista ao jornalista Bóris Casoy, do Sistema Brasileiro de Televisão, o Presidente Sarney afirma que a nova Constituição criou um clima de confronto entre o Executivo e o Congresso, tornando inviável o Estado brasileiro e sendo a grande responsável hoje pelas dificuldades do País.

— O Presidente Sarney sanciona as novas e, extremamente liberais regras das eleições presidenciais de novembro, preparadas pelo Congresso Nacional, vetando, após entendimentos com as lideranças, o voto em trânsito, a possibilidade de recurso às decisões do Tribunal Superior Eleitoral, a obrigatoriedade da geração dos programas a partir de Brasília, a necessidade de registro definitivo dos partidos concorrentes e o prazo mínimo de filiação, em vista da data prevista, 15 de maio, ser anterior à data da lei.

Esta é mais uma solenidade que aqui realizamos tratando do meio ambiente. A seqüência delas mostra a preocupação do Brasil e do governo brasileiro com este grave problema.

O Sistema de Monitoramento Ambiental e dos recursos naturais por satélite que hoje criamos dota nosso País de mais um instrumento moderno e eficaz de proteção ambiental.

O novo organismo promoverá a articulação entre as várias instâncias de defesa do patrimônio natural. Desenvolverá ações coordenadas, seja para a identificação de problemas ambientais, seja para a adoção de medidas relacionadas ao uso e à ocupação do território nacional.

Esse sistema capacita o Brasil para o estabelecimento de modalidades alternativas de ocupação do território nacional e nos permite avaliar, com grande precisão, as conseqüências ambientais do avanço da presença humana em meio natural.

O Brasil mantém-se, assim, atualizado com relação às mais modernas tecnologias de monitoramento territorial existentes no mundo, que envolvem o sensoriamento remoto, a teledetecção aerotransportada, os sistemas geográficos de informação e recursos computadorizados para tratamento de dados.

O Governo Federal tem tratado, com a necessária urgência, a grave questão ambiental.

Propostas inovadoras, como o Programa Nossa Natureza, deram início ao processo de profunda reestruturação do sistema governamental de controle e preservação do meio ambiente.

Em abril último, enviei ao Congresso Nacional um conjunto de anteprojetos de lei estabelecendo medidas de largo alcance no âmbito do Programa Nossa Natureza. Cabe, agora, ao Legislativo pronunciar-se sobre essa iniciativa que prevê a definição da política nacional do meio ambiente; a criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente; a regulamentação da produção e utilização de agrotóxicos; o aperfeiçoamento do Código Florestal e de Mineração.

Importantes providências em benefício da Amazônia Legal já foram adotadas. Suspendi a concessão de incentivos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e de créditos oficiais a projetos pecuários em área de floresta na Amazônia Legal; suspendi a exportação de madeiras em to-

ra; tornei obrigatório o licenciamento das atividades de extração de ouro; proibi a mineração em mananciais de abastecimento público e em áreas ecologicamente sensíveis; criei uma comissão encarregada de estudar e implementar a ordenação do território nacional, e, apesar de nossas limitações orçamentárias, tenho procurado garantir os recursos necessários ao atendimento da prioridade conferida à conservação do patrimônio nacional.

Tenho a absoluta convicção de que a defesa da ecologia e a proteção ambiental dizem respeito à sobrevivência da humanidade.

Como afirmei em recente encontro internacional: «Nós não podemos afastar a conexão profunda dos problemas ecológicos com a injusta ordem econômica e social existente no mundo.

«Para uma grande parcela da humanidade, é o subdesenvolvimento que está na própria raiz dos problemas.

Pobreza e degradação do ambiente físico constituem elementos de um círculo vicioso que condena milhões de pessoas a viver em condições incompatíveis com a dignidade humana.»

Ê, pois, promovendo o desenvolvimento, melhor distribuindo a renda e combatendo a fome, o desemprego e o analfabetismo, que se inicia uma política ambiental justa, porque assim se incorporam ao esforço produtivo milhões de brasileiros excluídos da história e dos benefícios do progresso.

Daí nasceu minha determinação de montar uma política ambiental compatível com o desenvolvimento econômico.

Desejo mais uma vez recordar que me considero um pioneiro no debate da questão ambiental no Brasil.

Em 1972, quando se realizava a Conferência de Estocolmo, tive a oportunidade, no Congresso Nacional, pela primeira vez, de levantar, em um discurso bastante abrangente, os problemas que o mundo iria enfrentar sobre o meio ambiente. E acredito que este é um tema que veio para ficar e que continuará a ser debatido permanentemente

na história da humanidade. Porque ele diz respeito à sobrevivência do homem na face da terra.

Nós temos que preservar o nosso planeta, sobretudo porque podemos, através da degradação ambiental, criar uma antiexistência e até uma natureza contra a existência do próprio homem.

Volto-me agora para também falar um pouco das grandes potências industriais, subitamente apreensivas com questão tão grave quanto antiga, para dizer que a elas cabe a iniciativa de oferecer aos países em desenvolvimento condições de livre acesso, sem custo comercial, a novas tecnologias para a conservação do meio ambiente. Este é a meu ver, o enfoque positivo, capaz de fazer avançar o debate para searas mais férteis.

A legítima preocupação ambiental deveria igualmente privilegiar, como estamos fazendo, a alocação de recursos adicionais para o financiamento de projetos voltados à proteção do meio ambiente.

Infelizmente, o que se observa é a criação de novas condicionalidades, por parte dos organismos financeiros internacionais, que acabam por reduzir recursos, comprometendo, na prática, os esforços nacionais de desenvolvimento e o avanço da própria causa ambiental.

O obstáculo maior à proteção ambiental em escala planetária é o fosso que se aprofunda entre países ricos e pobres, em razão das imensas desigualdades internacionais.

O processo de desenvolvimento dos países da América Latina está sendo minado pela deterioração dos termos de troca, pelo protecionismo exorbitante dos países industrializados e pela pressão insuportável de suas respectivas dívidas externas.

Eu devo recordar, aqui, a colocação que tive a oportunidade de fazer na reunião de Manaus sobre o problema da conservação da Amazônia. Se a Amazônia, hoje, ainda existe e é motivo de preocupação no mundo inteiro, como a maior floresta tropical úmida do mundo, ela existe graças ao esforço e à determinação do povo brasileiro.

No século passado, quando se discutia a livre navegação dos rios, nós resistimos, para que a Amazônia não fos-

se tocada pelas companhias exploradoras que no mundo inteiro buscavam, através do comércio, depredar a natureza, como fizeram na Ásia, como fizeram na África. O Brasil resistiu. Aí estão os documentos arquivados que mostram que os nossos homens políticos, homens de visão do passado, recusaram esse tipo de colaboração internacional.

Depois criaram-se as grandes companhias exploradoras. Foi a época das grandes colonizações, que fizeram as grandes colônias no mundo inteiro, dividiram a África e liquidaram praticamente, através desse tipo de exploração predatória, com o ambiente daqueles países.

O Brasil recusou esse tipo de exploração. Não aceitou que essas companhias aqui pudessem prosperar. Criou-se mesmo uma grande companhia, chamada *Amazon River Company*, que se destinava a colonizar a Amazônia e vendia ações no mundo inteiro para fazer um grande empreendimento internacional de colonização predatória da Amazônia. Então se disse a mesma coisa que hoje se repete: que o Brasil não podia deixar que a Amazônia ficasse como uma riqueza somente sua. Que tinha que ser um patrimônio da humanidade.

Há um documento de Rio Branco dizendo de uma entrevista sua com o Ministro de Relações Exteriores de um país desenvolvido, no qual se revela que a pressão sobre o Brasil para aceitar esse tipo de colonização era feita de uma maneira muito forte.

E se falarmos nos tempos recentes, nós vamos verificar que há poucos anos a Rand Corporation, através de um estudo feito para o Instituto Hudson, propôs a criação, na Amazônia, de um grande lago, que iria liquidar praticamente com grande parte da floresta Amazônica.

O Brasil resistiu.

Portanto, nós temos uma grande tradição de defesa da Amazônia. E é essa tradição que significa uma constante no povo brasileiro de amar o nosso Território.

Hoje, quando nós procuramos dizer que a responsabilidade é nossa, o que nós desejamos mais uma vez ressaltar é que, se nós tivemos a preocupação, no passado, com que o nosso território não se degradasse, quando todos que-

riam liquidá-lo, nós temos hoje o direito de dizer que temos, no presente, maior preocupação do que qualquer país do mundo sobre a conservação da Amazônia.

Agora, através deste Programa, nós damos à frente um passo extraordinário. A partir deste instante, de uma maneira sistemática e diária, nós vamos acompanhar tudo que acontece na Amazônia, em termos de ocupação, em termos de desmatamento. Enfim, tudo que possa ocorrer dentro do universo amazônico.

Não haverá, portanto, uma cooperação sincera e desinteressada para a proteção do patrimônio natural da humanidade enquanto perdurar uma ordem mundial injusta que não promova a redução das desigualdades internacionais.

Eu quero agradecer a todos os pesquisadores que têm colaborado com o Governo, neste instante, nessa grande tarefa de darmos um passo de modernização no trato da questão ambiental. E também ressaltar o quanto de dedicação, de competência e de espírito público tem dado a essa causa o nosso Ministro Bayma Denys.